

**CARTA ANUAL  
DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

**2018**

---

# Sumário

---

1. Sobre a Carta .....	3
2. Identificação Geral .....	4
3. Quem Somos .....	5
4. Nossa Visão e Valores .....	6
5. Nossas Atividades .....	6
6. Nosso Compromisso Público .....	8
7. Planejamento Estratégico e Plano de Negócios e Gestão .....	9
8. Nossa Estrutura de Governança, Riscos e Conformidade .....	14
8.1. Governança e Gestão .....	14
8.2. Gestão de Riscos Empresariais .....	16
8.3. Conformidade .....	18
8.4. Controles Internos .....	20
9. Nossa Composição e Remuneração da Administração .....	21

*Em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2018.*

## **1. Sobre a Carta**

---

A Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2018 tem por objetivo divulgar as informações mais relevantes sobre as atividades desenvolvidas pela Transpetro, sua estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração.

Este documento apresenta também os resultados da consecução de objetivos de políticas públicas pela Transpetro, os recursos empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, quando aplicável.

## 2. Identificação Geral

<b>CNPJ: 02.709.449/0001-59 NIRE: 3330026039-1</b>
Sede: Avenida Presidente Vargas, 328 – Centro, Rio de Janeiro - RJ
Tipo de Estatal: Sociedade de Economia Mista Federal
Acionista controlador: Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS
Tipo societário: Sociedade Anônima – S/A
Tipo de capital: Capital Fechado
Abrangência de atuação: Transporte
Setor de atuação: Transporte Dutoviário
<b>Diretor Financeiro:</b>
Nome: Arthur Henrique de Aguiar Caçado Azevedo
Telefone: (21) 3211-1212
E-mail: arthurazevedo@petrobras.com.br
<b>Audidores Independentes:</b>
Nome: KPMG Auditores Independentes
Responsável Técnico: Anderson César Vianna Dutra
Telefone: (21) 2207-9477
E-mail: adutra@kpmg.com.br
<b>Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:</b>
Alfredo Rival Blanco – 921.016.408-30
Guilherme Jose Macedo Pinheiro de Lima – 858.378.817-00
Fabiana Graças Silva dos Anjos – 794.706.535-72
Edson Leonardo Dalescio Sá Teles – 693.756.151-20
Marco Antônio Mayer Foletto – 480.083.380-91
Rawflin Praia Bezerra – 154.441.552-49
Hugo Repsold Júnior – 154.441.552-49
<b>Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:</b>
Antonio Rubens Silva Silvino – 619.164.048-04 – Presidente
Paulo Penchiná Cortines Pereira – 609.680.107-25 – Diretor de Dutos e Terminais
Rogério Fernandes Figueiró – 607.807.707-49 – Diretor de Transporte Marítimo
Arthur Henrique de Aguiar Caçado Azevedo – 763.174.826-00 – Diretor Financeiro
Gilberto Moura da Silva – 856.989.708-15 – Diretor de Serviços

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2019.

### 3. Quem Somos

Em novembro de 1995, a [Emenda Constitucional nº 9](#) mudou o setor petrolífero brasileiro, permitindo que atividades, até então sob exploração exclusiva da União, pudessem ser exercidas por outras empresas além da Petrobras. Essa flexibilização começou a ser regulamentada pela [Lei nº 9.478/97](#), conhecida como Lei do Petróleo, que estabeleceu que a Petrobras permanecerá sob o controle acionário da União e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, podendo criar subsidiárias ou se associar a outras empresas nacionais e estrangeiras, majoritária ou minoritariamente, para exercer suas atividades dentro e fora do País.

Assim, em 12 de junho 1998, em cumprimento ao artigo específico da Lei do Petróleo, a Petrobras criou a Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Petrobras que interliga as áreas de produção, refino e distribuição do Sistema Petrobras e presta serviços a distribuidoras, outras transportadoras, à indústria petroquímica dentre outros.

A companhia tem por objeto social, observados os preceitos normativos, legais e constitucionais:

- construir, manter e operar dutos e terminais marítimos ou terrestres, explorando as atividades relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços de transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral, tais como, a manutenção de dutos e faixas de dutos de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos e de gás em geral, por meio de dutos, terminais e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal, a administração e gerenciamento de ativos relacionados a tais atividades, inclusive de terceiros, bem como o planejamento logístico, a operação e a manutenção de bases de distribuição, serviços de engenharia e geotecnia, análise laboratorial e formulação de produtos transportados e/ou armazenados, tratamento de efluentes e treinamento e capacitação, relacionados à indústria do petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral;
- construir, manter e operar embarcações, explorando as atividades relacionadas, direta ou indiretamente, à utilização de embarcações próprias ou de terceiros, para os serviços de apoio marítimo, transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos e de gás em geral, tais como, afretamento, fretamento, planejamento logístico, gerenciamento técnico e comercial, construção, operação, manutenção, carga, descarga, transbordo e treinamento e capacitação, incluindo a administração e gerenciamento de ativos relacionados a tais atividades, inclusive de terceiros, relacionados à indústria do petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral;
- participar em outras sociedades controladas ou coligadas, bem como o exercício de outras atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares as previstas nas alíneas anteriores, além de outras que utilizem como base a estrutura da Companhia.

Dessa forma, os principais negócios da companhia se concentram em duas grandes áreas: Dutos e Terminais e Transporte Marítimo, sendo responsáveis pela operação de mais de 14 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos, 47 terminais (20 terrestres e 27 aquaviários) e 57 navios.

No exterior, atuamos por intermédio da Transpetro International BV (TI-BV), subsidiária integral da Transpetro, a TIBV é a empresa de navegação dos navios de bandeira estrangeira da frota da Companhia e possui, em operação, 16 navios, sendo 14 aliviadores, dotados de tecnologia de sistema de posicionamento dinâmico (DP).

A Transpetro tem o desafio de levar, aos mais diferentes pontos do Brasil, o combustível que move a economia do país, abastecendo também indústrias, termelétricas e refinarias.

## 4. Nossa Visão e Nossos Valores

### VISÃO

Líder em transporte e logística, com foco em petróleo e seus derivados, gás e biocombustíveis no Brasil, competitiva e rentável, que evolui com a sociedade.

### VALORES

Respeito  
à vida, às  
pessoas e ao  
meio ambiente

Ética e  
transparência

Orientação  
ao mercado

Resultados

Superação  
e confiança

## 5. Nossas Atividades

Nossas atividades de transporte e logística se concentram em duas grandes áreas: Dutos e Terminais e Transporte Marítimo. Somos responsáveis pela operação de mais de 14 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos, 47 terminais (20 terrestres e 27 aquaviários) e 57 navios.

### *Transporte Marítimo*

Nossa frota encerrou o ano de 2018 com 57 navios, dois a mais do que em 2017. Com isso, nossa capacidade de transporte subiu para 4,57 milhões de toneladas de porte bruto (TPB) e a idade média das nossas embarcações reduziu de 13,9 para 13,8 anos.

Incorporamos à nossa frota quatro navios construídos em estaleiros brasileiros, o que representou o acréscimo de cerca de 345 mil TPB à nossa capacidade de transporte. Entraram em operação os na-

vios do tipo aframax Carlos Drummond de Andrade, Castro Alves e Olavo Bilac (114 mil TPB cada um) e o gaseiro Jorge Amado, com capacidade de 2,5 mil TPB. No mesmo período, dois navios deixaram de compor a nossa frota devido ao encerramento de seus contratos de afretamento a casco nu: Stena Spirit e Nordic Spirit (petroleiros de 152 mil TPB e 17 anos).

## ***Volume de Operações***

Em 2018, nosso transporte marítimo movimentou 89,1 milhões de toneladas métricas de petróleo e derivados, volume 3,3% maior do que o registrado em 2017. No total, realizamos 3.636 operações, uma média de 303 por mês

A capacidade de transporte da nossa frota de navios é de 4,57 milhões de toneladas de porte bruto (TPB). Movimentamos petróleo e seus derivados e gás liquefeito de petróleo, seja por cabotagem ou navegação de longo curso, em atendimento às demandas do Sistema Petrobras.

## ***Dutos e Terminais***

De janeiro a dezembro de 2018, registramos movimentação de 564 milhões de metros cúbicos de petróleo e derivados em nossos terminais e oleodutos, resultado 1,4% inferior ao total registrado em 2017. No mesmo período, a movimentação média de gás natural foi de 64,6 milhões de metros cúbicos por dia, inferior em 7,4% ao valor alcançado no ano anterior.

A queda de 1,4 % observada na movimentação de produtos nos terminais e oleodutos que operamos refletiu menores cargas processadas nas refinarias, principalmente em virtude de uma ocorrência operacional na Refinaria de Paulínia (Replan), em agosto de 2018. Houve recuperação parcial da participação no mercado de derivados, porém esta não foi suficiente para compensar a perda de movimentação de petróleo resultante da ocorrência.

Obtivemos resultados expressivos de eficiência das nossas atividades operacionais. O indicador que mede a eficiência das operações de carregamento e descarregamento de navios nos terminais, o EON-TA, fechou o ano em 92,8%, superando mais uma vez o valor alcançado no ano anterior, quando o resultado foi 91,79%. Apesar da queda de movimentação na Transpetro, o número de navios operados nos Terminais Aquaviários (TAs) aumentou em relação a 2017, o que também demonstra a melhoria contínua de eficiência das nossas atividades operacionais. O resultado se deve a otimizações internas nos processos dos terminais e à melhoria na disponibilidade de equipamentos decorrente das ações promovidas para a redução da deficiência de bombeio e de outras demoras e interrupções operacionais.

## 6. Nosso Compromisso Público

A Petrobras Transporte S.A. – Transpetro é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, regida pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e pelo Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

A Transpetro poderá ter suas atividades orientadas pela Petrobras, de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no art. 1º, inciso V, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, desde que: (i) estejam alinhadas com as Leis nº 9.478/97 e nº 13.303/16; (ii) sejam compatíveis com seu objeto social; (iii) não coloquem em risco sua rentabilidade e sustentabilidade financeira; (iv) sejam formalizadas e definidas em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e (v) tiver custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

Na hipótese de orientação da Petrobras para atender o interesse público, deverá ser avaliado e mensurado, com base nos critérios de avaliação técnico-econômica para projetos de investimentos e para custos/resultados operacionais específicos praticados pela administração da Companhia, se as obrigações e responsabilidades a serem assumidas são diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.

Na hipótese de não respeitar as condições de mercado adequadas ao setor privado em que atue, a Petrobras garantirá a compensação, a cada exercício social, da Companhia pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

No exercício de 2018, considerando os parâmetros objetivos previstos na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 8.945/2016, não foram identificados projetos ou atividades que não tenham respeitado as condições de mercado adequadas ao setor privado em que a Transpetro atua para atendimento a interesse público.

### ***PROMEF - Programa de Modernização e Expansão da Frota***

O Programa de Modernização e Expansão da Frota – PROMEF, aprovado pela Diretoria Executiva da nossa controladora em 19 de agosto de 2004 e parte do Plano Estratégico Petrobras 2001 - 2015, tinha, entre outros, o objetivo de atender às necessidades de navios do Sistema Petrobras e contribuir para o soerguimento da indústria naval brasileira, de forma a torná-la competitiva frente aos preços e prazos praticados por estaleiros internacionais. O PROMEF fez parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, e concebeu, originalmente, a construção de 52 navios e 20 comboios hidroviários em estaleiros localizados no Brasil, com índice de nacionalização de 65% na primeira fase.

No exercício de 2018 o PROMEF gerou receita líquida de R\$ 599 milhões com custos operacionais de R\$ 440 milhões e R\$ 401 milhões referentes aos juros da dívida.

## 7. Planejamento Estratégico e Plano de Negócios e Gestão

### ***Ambiente Externo***

O ano de 2018 apresentou uma trajetória ainda lenta de recuperação da economia, associada, em parte, aos impactos da greve dos caminhoneiros ocorrida em maio.

Em função disso, as vendas de diesel – principal derivado de petróleo consumido no país – pelas empresas distribuidoras cresceram apenas 1,6% em 2018. Entretanto, as vendas de gasolina C pelas distribuidoras caíram 13,1% em 2018, principalmente por causa de sua perda de competitividade frente ao etanol hidratado.

As importações de derivados, que nos quatro primeiros meses do ano estiveram em patamares equivalentes aos registrados em 2017, sofreram fortes quedas a partir da greve dos caminhoneiros. As empresas reduziram drasticamente suas importações alegando incertezas relacionadas ao programa de subvenção ao diesel lançado pelo governo federal após a greve. Novamente, a competitividade do etanol hidratado frente à gasolina afetou a demanda pelo derivado de petróleo, impactando também os volumes de importação. As importações de diesel e de gasolina A recuaram, respectivamente, 10% e 34% em comparação a 2017.

Os eventos aqui relatados causaram impacto na movimentação dos oleodutos e terminais que operamos. No comparativo com 2017, o volume de produtos movimentados reduziu em 1,4%, mantendo a tendência de queda pelo quarto ano consecutivo. O volume médio diário movimentado nos gasodutos sofreu redução de 7,4% em comparação a 2017.

No segmento de transporte marítimo, o cenário internacional de 2018 mostrou valores dos fretes aproximadamente constantes, com tendência de baixo crescimento para algumas classes de navio, após forte queda em 2017. Em 2018, nossa frota de navios transportou volume de produtos 3,3% superior em relação ao ano anterior.

No âmbito regulatório, a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) começou a ser regulamentada em 2018 e representa desafios às nossas operações, mas também sinaliza com grandes oportunidades para consolidarmos nossa atuação na logística de biocombustíveis.

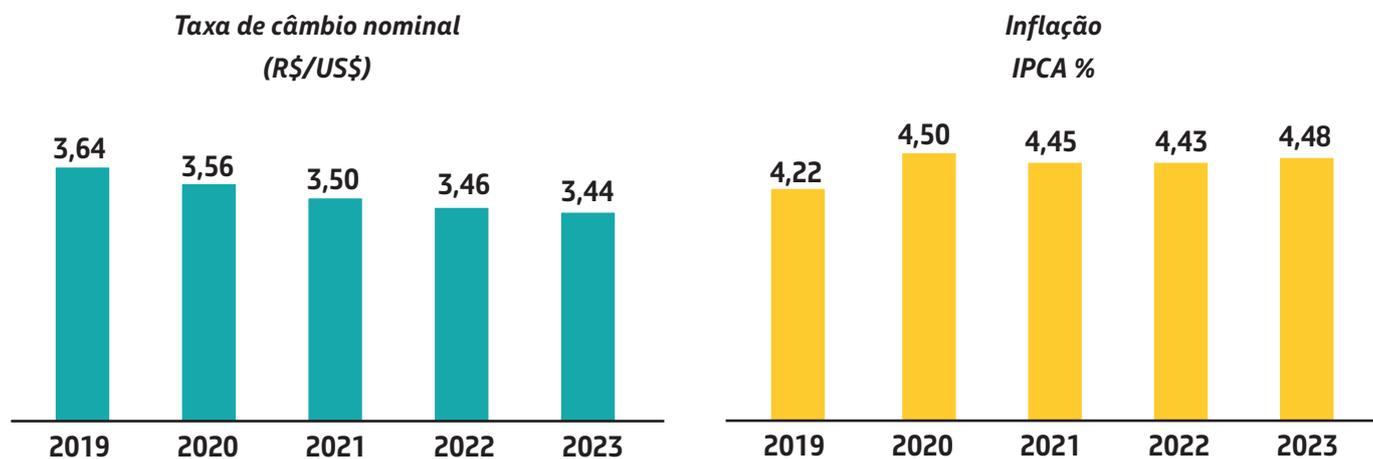
Outros dois programas do governo federal são acompanhados de perto pela Companhia. Lançado em 2016, o Programa Gás para Crescer tem como objetivo propor medidas de aprimoramento do arcabouço normativo do setor de gás natural. Já o Programa Combustível Brasil, de 2017, propõe ações e medidas para garantir o fornecimento dos demais derivados, com ênfase no estímulo à entrada de novos atores no setor e à livre concorrência. Ao longo de 2018, participamos de tomada pública e de reuniões com órgão do governo, de forma a defender os interesses da Companhia nesses programas.

## Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2019-2023

Nosso Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2019-2023 está centrado no aumento da segurança, na redução da alavancagem financeira e na rentabilidade dos negócios, conforme as três métricas de performance definidas e que orientam nossas ações estratégicas.



As premissas de inflação (IPCA) e a taxa média de câmbio adotadas para o PNG 2019-2023 estão representadas nos gráficos abaixo.

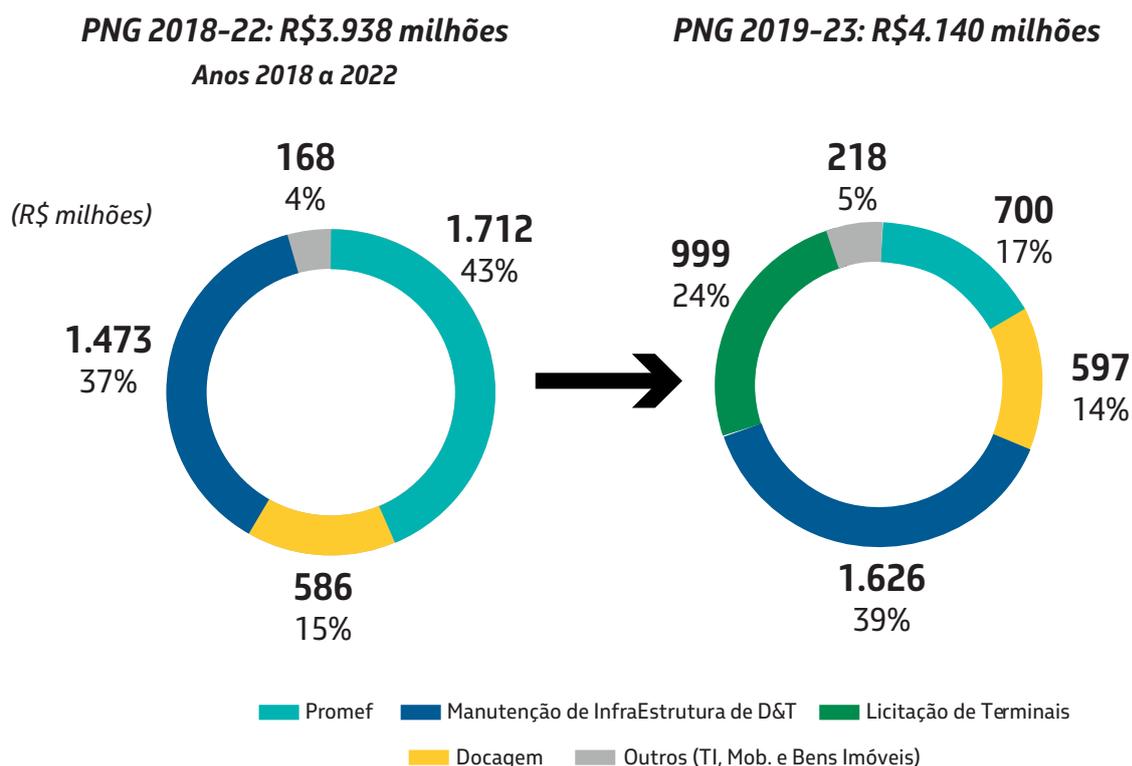


O PNG 2019-2023 visa à geração de valor para nosso acionista, mediante o fortalecimento da gestão, a otimização dos custos, a busca de novas oportunidades de negócios e a eficiência na aplicação do capital.

Com relação ao pilar de eficiência de investimentos, a carteira do PNG 2019-2023, de R\$ 4,1 bilhões, apresenta um aumento de 5% em comparação ao plano anterior. Isso se deve, sobretudo, à licitação de Terminais Públicos em Portos Organizados, leilões em áreas portuárias dedicadas à movimentação

de granéis líquidos combustíveis, sendo algumas dessas áreas já ocupadas com operações de movimentação e armazenamento (*brownfields*) e outras novas áreas (*greenfields*).

O aumento resulta também de novos investimentos em instalações de Estações de Medições (Emeds) para a quantificação dos volumes que movimentamos e a consequente melhoria da rastreabilidade e confiabilidade dos registros de medição de transporte de petróleo e derivados. Em contrapartida, o investimento no Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) terá uma redução no horizonte do plano, devido à conclusão do programa, com a entrega dos dois últimos navios prevista para 2019.

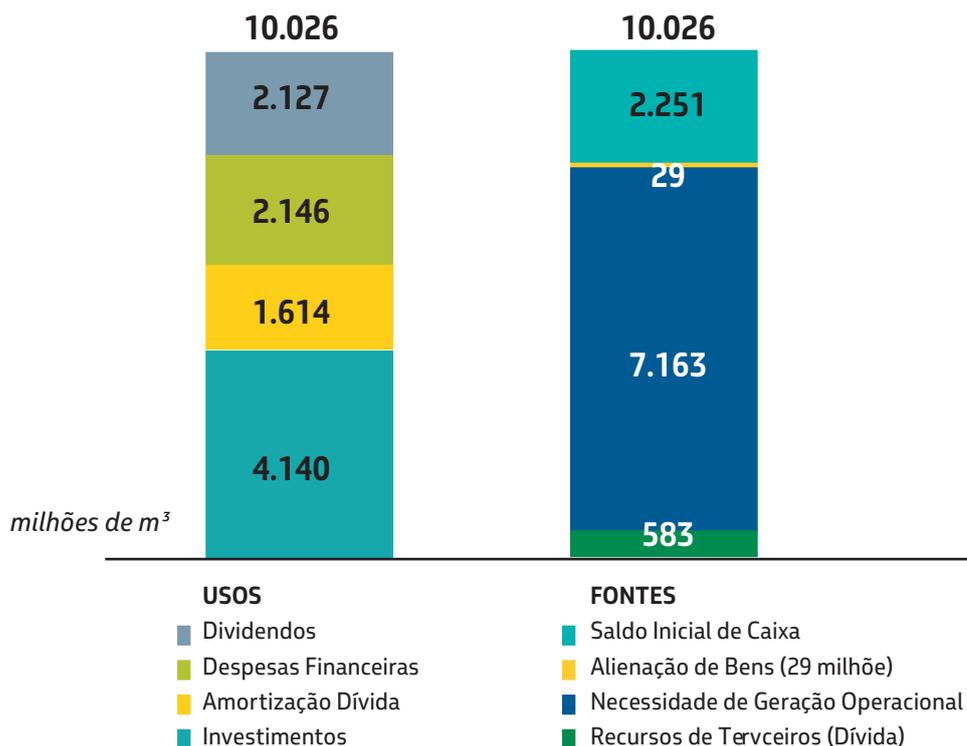


A carteira de investimentos prevê a utilização dos recursos em cinco grandes grupos, com destaque para os projetos de manutenção da infraestrutura para as operações nos segmentos de dutos e terminais e de transporte marítimo. Nosso objetivo é maximizar a segurança das operações e a integridade das instalações, bem como garantir a continuidade operacional com cada vez mais produtividade e eficiência.

Relativamente aos gastos operacionais gerenciáveis (GOGs) contidos no PNG 2019-2023, de R\$ 27,4 bilhões, convém apontar uma redução de R\$ 41 milhões em comparação ao ciclo anterior, resultado dos esforços empreendidos para otimizar e racionalizar nossos processos. Continuamos perseguindo a melhoria de nossa eficácia operacional e dedicados a otimizar gradualmente nossos custos.

A principal fonte de financiamento projetada para o período 2019-2023 é a geração operacional. O desembolso será garantido também pelo saldo do caixa, os financiamentos e a alienação de bens, sobretudo pela venda de sucata dos navios que atingirão o fim de sua vida útil nesse período. Somados, esses quatro itens são responsáveis por garantir em quase 100% os valores previstos para o investimento, os pagamentos de juros, as amortizações e os pagamentos de dividendos previstos para esse ciclo.

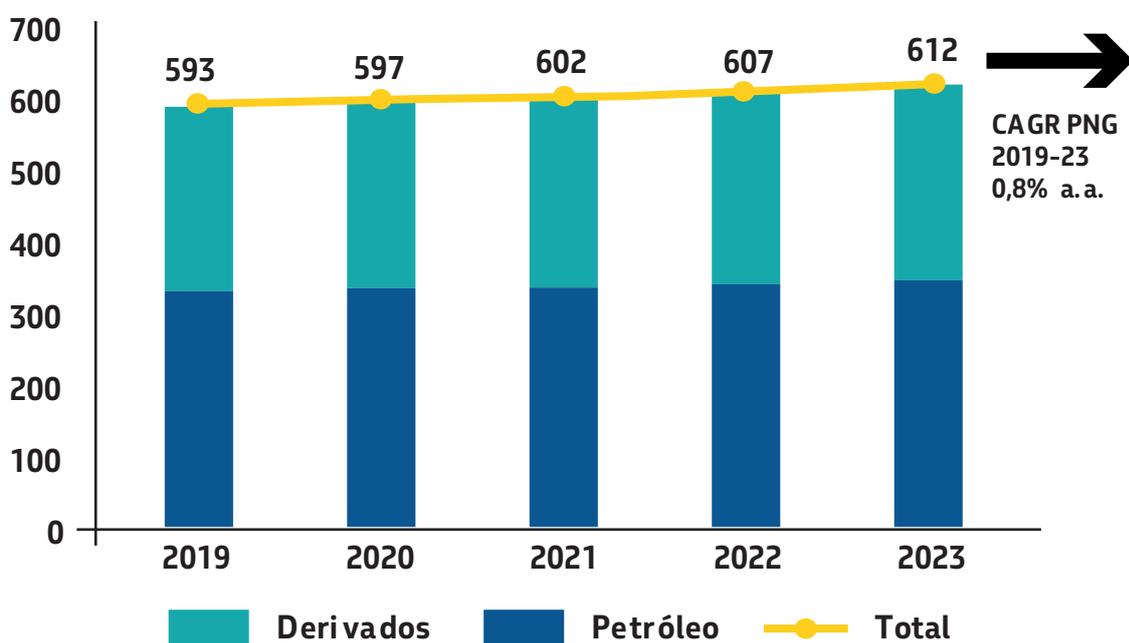
### Usos e Fontes 2019-2023



### Movimentação de produtos

Projetamos para 2023 uma movimentação total de líquidos de 612 milhões de metros cúbicos em nossos dutos e terminais. Esse número representa crescimento médio anual de 0,8% sobre a movimentação projetada para o ano de 2019.

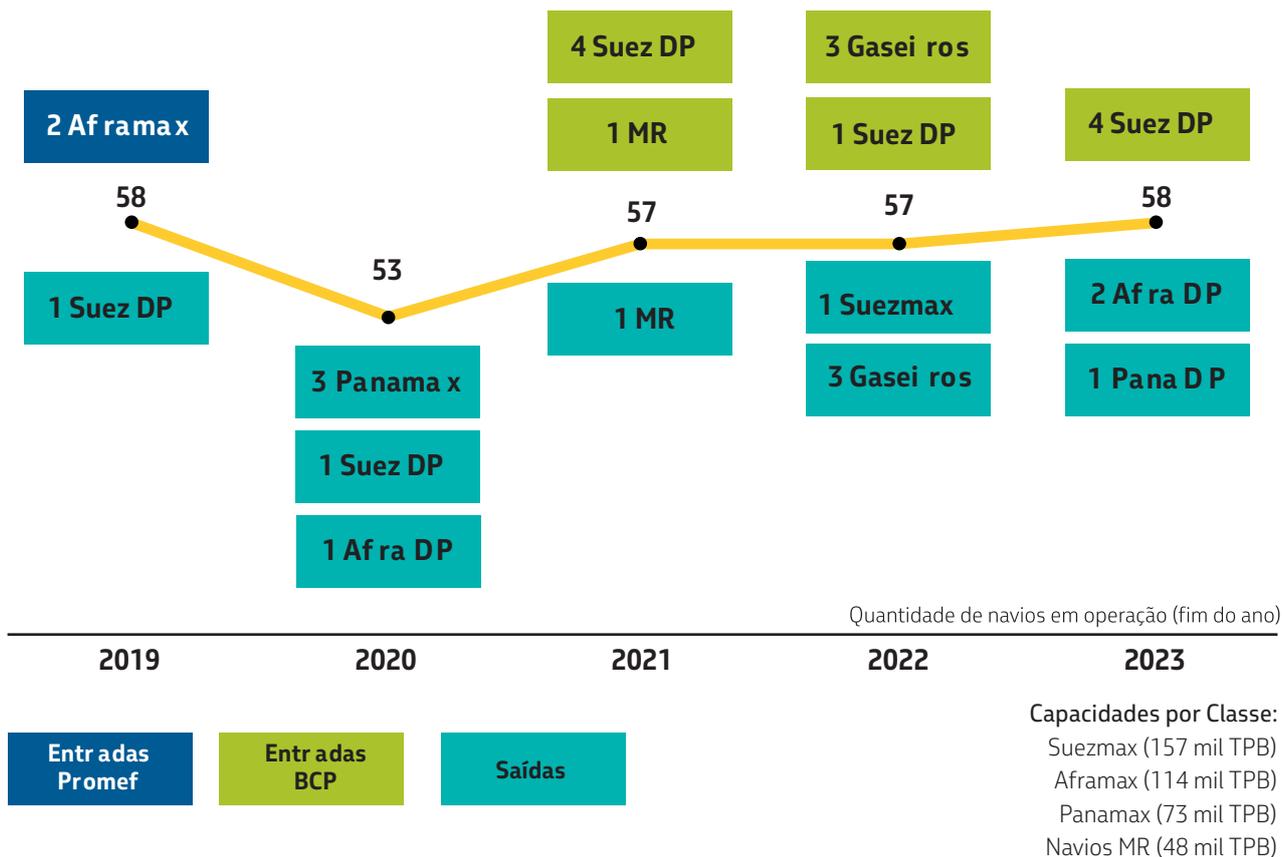
### Metas Físicas Projeção de Volume Movimentado em Dutos e Terminais



## Frota em operação

Nosso PNG 2019-2023 projeta o seguinte quantitativo da nossa frota: iniciamos 2019 com 57 navios e terminaremos 2023 com 58 navios em operação. Está prevista a entrega de dois navios pelo Promef já em 2019. A expectativa é adicionarmos mais 13 embarcações à nossa frota pelo modelo Bareboat Charter Party (BCP). Nesse ciclo, prevemos ainda a saída de 14 navios, em decorrência do encerramento do respectivo contrato de afretamento existente ou do fim de sua vida útil.

### Metas Físicas Projeção da Frota de Navios



## 8. Nossa Estrutura de Governança, Riscos e Conformidade

### 8.1. Governança e Gestão

O ano de 2018 foi de continuidade no fortalecimento dos nossos mecanismos de governança corporativa. Ao longo do exercício, promovemos ações com o intuito de aprimorar os processos e práticas da companhia e alinhá-los aos requisitos contidos na lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), no decreto nº 8.945/2016, em resoluções emanadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e nas Regras Corporativas Comuns (RCCs) emitidas pela Petrobras.

Destacamos o recebimento do Certificado de Nível 1 (Grau Máximo) no Terceiro Ciclo do Indicador de Governança IG-SEST, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (SEST), que tem como objetivo avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei das Estatais. Foi a primeira participação da companhia.

No terceiro ciclo do indicador, a SEST incluiu sete empresas de controle indireto, dentre elas a Transpetro, e priorizou a avaliação da efetividade do funcionamento de suas estruturas de governança, bem como as melhores práticas de governança corporativa adotadas no mercado. A avaliação foi realizada por membros independentes da Fundação Dom Cabral (FDC), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade de Brasília (UnB) e Brasil Bolsa Balcão (B3).



Adotamos o Regulamento de Licitações e Contratos da Petrobras (RLCP). O documento substituiu o Manual da Petrobras para Contratação (MPC) e é utilizado por toda a companhia desde 14 de junho de 2018.

Aprovamos também, em 2018, a reforma do nosso Estatuto Social. O objetivo foi adequá-lo aos dispositivos da Lei das Estatais e atualizar nosso Objeto Social. Com isso, o documento reflete melhor nossas atividades e possibilita o desenvolvimento de novos negócios, em alinhamento ao nosso Planejamento Estratégico 2030.

Um importante instrumento da estrutura de governança e do processo decisório da companhia é gestão dos limites de competência dos gestores, através da avaliação contínua da Tabela de Limite de Competências (TLC) - instrumento estabelece os valores de que dispõem o presidente, os diretores e os titulares de funções gerenciais para o cumprimento de suas atribuições e gestão da companhia, respeitadas as competências estatutárias. No ano de 2018 foram realizadas três revisões na TLC, que na versão atual possui 175 itens divididos em 18 capítulos, contendo definições de competência para os principais atos de gestão praticados na companhia.

Os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, que se reúnem periodicamente para avaliar e discutir temas relevantes em suas áreas de atuação, também constituem instrumentos fundamentais da estrutura de governança e processo decisório da Transpetro. Contamos em 2018 com os seguintes comitês:

### ***Assessoramento ao Conselho de Administração***

- **Estatutários:** Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) – Utilizamos o CAE da Petrobras Controladora no período de constituição do nosso; Comitê Estratégico e Financeiro (COES-TFIN); e Comitê de Elegibilidade - Utilizamos o Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão da Petrobras Controladora (CIRS).
- **Não Estatutários:** Comitê de Auditoria (COAUD) - Extinto em 13 de novembro de 2018; e Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS).

### ***Assessoramento à Diretoria Executiva***

- Comitê de Desempenho Empresarial, Comitê de Investimentos, Comitê de Riscos, Comitê de SMS, Comitê de Segurança de Dutos, Comitê de Recursos Humanos, Comitê de Correição e Comitê de Gestão.

Destacamos ainda o Diagnóstico de Gestão do Presidente (DGP), exercício de liderança que possibilita o contato direto da Alta Administração com os colaboradores e tem como principais objetivos a verificação do nível de aplicação de práticas de gestão nas gerências e a identificação de práticas inovadoras e de oportunidades de melhoria a serem implementadas nas áreas diagnosticadas ou em outras com as quais tenha interface.

## 8.2. Gestão de Riscos Empresariais

Ao longo de 2018 a Transpetro aprimorou a identificação, análise e tratamento de riscos empresariais, desenvolvendo ações alinhadas com seu Planejamento Estratégico. Neste sentido destaca-se a emissão do Mapa de Riscos Empresariais Monitorados - MAREM, contendo a avaliação de severidade de 145 riscos potenciais mapeados na companhia. Ações específicas de prevenção e mitigação estão sendo priorizadas, considerando especialmente os riscos de maior severidade.

Dentre os principais riscos identificados destacam-se:

- Derivações clandestinas
- Integridade de dutos e terminais
- Vazamentos de produtos em oleodutos terrestres
- Alterações de normativos legislativos e regulatórios
- Não atendimento às requisições legais ou regulamentares
- Gestão ineficaz de crise

Foi emitido também o Guia para Identificação e Análise dos Riscos Empresariais da Transpetro. Esse documento foi estruturado para apoiar os profissionais de todas as áreas envolvidos no processo de construção dos mapas de riscos, provendo orientação adequada para a identificação e análise de riscos por parte de todas as gerências da companhia.

Destaque ainda para a criação do Comitê de Riscos da Transpetro, composto de 11 membros representando as gerências mais relacionadas ao tema, tendo como principais atribuições a análise e emissão de recomendações sobre políticas, estratégias e processos de gestão de riscos empresariais, proposição e avaliação de medidas de mitigação de riscos, e proposição de ações de resposta a riscos e contingências.

Em 2018, um dos principais riscos que enfrentamos foi o aumento das intervenções intencionais de terceiros para furto de petróleo e derivados em nossos dutos, as denominadas derivações clandestinas. Essas ações criminosas, favorecidas por um cenário de insegurança pública e desorganização social, colocam em risco a segurança das pessoas, do meio ambiente e das instalações sob nossa responsabilidade.

Conforme gráfico abaixo, registramos no ano passado 261 casos de furto ou tentativa de furto em nossos dutos em todo o país, um crescimento de 15% no número de ocorrências no comparativo com 2017. Do total de casos, 151 (57%) aconteceram no Estado de São Paulo e 69 (26%), no Estado do Rio de Janeiro.



Essa grande ameaça exige cada vez mais ações da companhia para a prevenção e redução dos impactos. Por conta disso, reforçamos a estrutura dedicada ao tema, transformando-a numa gerência executiva, responsável por centralizar e integrar as ações de combate às derivações clandestinas de forma matricial e integrada.

As ações que guiam a companhia no combate às derivações clandestinas estão representadas nas disciplinas mostradas na figura abaixo. Descrevemos a seguir algumas ações realizadas em 2018:



De forma integrada com a Petrobras Controladora, colaboramos com as investigações das autoridades de segurança pública e investimos constantemente no desenvolvimento de tecnologias de monitoramento. Nossa preocupação maior é a segurança das famílias, pois intervenções criminosas nos dutos podem trazer riscos para a comunidade. Diante disso, diversas atividades foram desenvolvidas para aproximar e informar a população vizinha aos dutos.

Nas operações de combate, reforçamos as inspeções terrestre e aérea nas faixas de dutos com o objetivo de localizar tentativas de derivações clandestinas, com base nas diversas técnicas disponíveis. E na vigilância da faixa, intensificamos as patrulhas com a finalidade de coibir as tentativas de furto.

Intensificamos ainda nas comunidades vizinhas às faixas de dutos a divulgação do telefone 168 (gratuito e disponível 24 horas por dia, sete dias por semana) e do número de WhatsApp (21) 99992-0168, canais de comunicação simples e diretos para o envio de informações sobre qualquer movimentação suspeita na faixa de dutos ou em terrenos próximos.

Ampliamos também os canais de comunicação para recebimento de manifestações voltadas a contribuir para as atividades de combate às ocorrências de derivações clandestinas, ao firmar parceria com o Disque Denúncia de São Paulo. Além disso, renovamos nossa parceria com o Disque Denúncia do Rio de Janeiro.

Promovemos exercícios simulados de resposta à emergências nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O objetivo foi preparar nossas equipes para qualquer contingência envolvendo o furto de combustível nos dutos que operamos, treinar as ações coordenadas com os órgãos públicos e alertar as comunidades vizinhas às faixas sobre os riscos da ação de terceiros nos dutos.

A constante interação que mantemos com os órgãos públicos tem por finalidade a troca de informações e apoio técnico recíproco no combate a ações criminosas nos dutos operados pela companhia. Em 2018, celebramos acordo de cooperação com o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (MPERJ) e demos importantes passos para a integração com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Por meio de projetos de *benchmark*, buscamos parcerias com empresas internacionais operadoras de dutos na América Latina e na Europa, igualmente impactadas pelas ações criminosas de furto em dutos.

Em 2018, realizamos ainda outras ações e entregas na área da Gestão de Riscos Empresariais, tais como a estruturação dos critérios ou réguas de riscos, ferramentas que viabilizam as avaliações de riscos e a construção dos Mapas de Riscos Empresariais, e também a implantação do DARE (Documento de Análise de Riscos Específicos), instrumento formal para subsidiar e fortalecer a tomada de decisão, contendo avaliação de risco específica para casos concretos encaminhados pelas gerências da Transpetro.

### 8.3. Conformidade

---

Em 2018, continuamos com foco no aprimoramento e na garantia de um ambiente íntegro para os nossos negócios. Atuamos na ampla disseminação e fortalecimento da cultura de conformidade, na prevenção, detecção e correção de desvios e não conformidades associadas, principalmente, à fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, bem como na análise de integridade dos gestores e contrapartes.

Destacamos os resultados obtidos pela Transpetro na auditoria operacional realizada pelo TCU para avaliar os controles de prevenção e detecção relacionados a fraude e corrupção de órgãos e instituições do Poder Executivo Federal (Acórdão: 2.604/2018 – TCU – Plenário, Relatora: Ministra Ana Arraes). A companhia obteve resultados expressivos, sendo classificada no grau máximo - “Nível Aprimo-

rado”, nos controles de Combate à Fraude e Corrupção, Gestão de Riscos e Controles Internos, Ética e Integridade, Designação de Dirigentes, Transparência e *Accountability*.

Para promover a integração e fortalecer as nossas iniciativas de conformidade, dispomos de instrumentos como o Código de Ética, o Guia de Conduta e o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção. Em 2018, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva aprovaram nossa Política de Conformidade Corporativa, que estabelece as diretrizes e princípios para a prevenção e combate à corrupção, em todas as suas formas, estimulando um ambiente de comportamento ético e íntegro, de envolvimento responsável e de práticas leais nas relações com toda a cadeia produtiva e públicos de interesse.

Um importante instrumento de prevenção utilizado para a avaliação de integridade são os pareceres de conformidade, elaborados para dar suporte à tomada de decisão e minimizar riscos em nossos processos decisórios. Em 2018, foram emitidos 231 pareceres, relacionados a assuntos diversos, com destaque para a solicitação de aditivos contratuais, a realização de processos licitatórios e contratações diretas, e a assinatura de termos para encerramento de pendências.

De forma preventiva, realizamos avaliações de *Background Check* de Integridade (BCI), que consiste no levantamento sistemático de informações pessoais, por meio de consulta a banco de dados públicos e privados, e de informações de diversas áreas de controle da companhia, com a finalidade de subsidiar os gestores na tomada de decisão. No ano, foram emitidos 245 BCIs, seis deles referentes aos indicados para o novo Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê Estratégico e Financeiro.

Nesse contexto, outra iniciativa estratégica de prevenção e orientação fundamental para multiplicar conhecimento, mitigar riscos e proteger a empresa são os treinamentos realizados anualmente sobre ética e conformidade, como os destacados abaixo:

- Treinamentos para a Liderança associados ao Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL), que contemplaram 205 empregados-líderes em 2018;
- Treinamentos para Novos Empregados, oferecidos a 231 dos nossos recém-admitidos;
- Treinamento para a Alta Administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria), que contemplou 21 administradores;
- Treinamentos de Ética e Conformidade por Ensino à Distância (EAD), que totalizaram 2.904 participantes em 2018.

Além das ações preventivas, ressaltamos os procedimentos investigativos associados a fraude e corrupção, envolvendo atividades de apuração de denúncias oriundas do nosso Canal de Denúncias, bem como apuração de indícios de irregularidades provenientes de outras fontes (auditoria, órgãos de controles, dentre outros). Os desvios e não conformidades identificados são tratados e deliberados pelo Comitê de Correição, com base no Regime Disciplinar.

Destacamos ainda as ações realizadas para atendimento à lei 13.303/2016, como a avaliação de requisitos de habilitação de fornecedores para a indicação do Grau de Risco de Integridade (GRI) atribuído a eles nas fases de verificação de efetividade, habilitação, homologação e na que antecede a assinatura do instrumento contratual.

## 8.4. Controles Internos

---

No ano de 2018, em alinhamento ao previsto no Plano Estratégico da Transpetro, foram realizadas iniciativas objetivando aprimorar os controles da companhia, aumentando o grau de automação e capacidade preventiva dos mesmos. Assim, dos 449 controles disparados para a companhia, mais de 90 deles foram objeto de reelaboração e otimização, visando também o atendimento a demandas de Oportunidades de Melhorias (OM) provenientes do Diagnóstico do Presidente (DGP).

Destaca-se ainda que, em atendimento à SOX e outras iniciativas, tais como o atendimento à Lei 13.303/2016, houve acréscimo em 285 perguntas aos controles em nível de entidade (ELC), indicados pela Petrobras Controladora à Transpetro.

Em 2018, nossa Política e Diretrizes de Controles Internos passou por atualização. Um dos principais ajustes foi a imputação da atribuição de responsabilidade sobre a execução de controles internos a todos os empregados da companhia. O documento está disponível ao público em nosso site externo.

Em alinhamento à metodologia utilizada na Petrobras, realizamos análises de risco para identificar os processos mais sensíveis e desenvolver controles apropriados. Com vistas a garantir a confiabilidade e a integridade de nossas atividades, dispomos de controles internos de governança, processos e tecnologia da informação. A eficácia desses controles é avaliada internamente e por auditoria externa. Uma vez identificada eventual deficiência de controles, atuamos ativamente propondo ações de melhoria e remediação.

A avaliação da eficácia de nossos controles internos sobre relatórios financeiros é realizada tendo por base os critérios da Estrutura Integrada de Controles Internos, emitidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission* (Coso), em atendimento à Lei Sarbanes-Oxley (SOx). Esses critérios regem a certificação da nossa controladora e abrangem a Transpetro, por se tratar de empresa relevante do Sistema Petrobras. A partir dessas avaliações, verificamos que nossas ações remediaram, em todos os aspectos relevantes, as deficiências identificadas até 2018, comprovando a efetividade dos nossos controles internos sobre relatórios financeiros.

Neste contexto destacam-se ainda as atividades de definição e acompanhamento de soluções de controles de processo no sistema integrado de gestão ou em legados, visando automatizar regras de negócio e inibir, automaticamente, a materialização de erros, bem como coordenar a padronização das soluções sistêmicas de controle e conformidade adotadas na Transpetro, visando efetividade em Segregação de Funções e Controle de Ações Críticas. Para estas atividades, são priorizados os sistemas que possuem histórico de escopo na Certificação SOX/CVM48.

## 9. Composição e Remuneração da Administração

Nosso Conselho de Administração é um órgão de natureza colegiada e autônomo dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, na forma da lei e do Estatuto Social. O colegiado pode ser composto por até oito membros, respeitado o mínimo estabelecido pela Lei 13.303/2016, cabendo ao colegiado eleger, dentre eles, o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão unificado e de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas, exceto o do representante dos empregados, cujo limite de reeleição deverá observar a legislação e regulações vigentes.

Um dos membros do Conselho de Administração é indicado pelo Ministério da Economia - Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nos termos da legislação vigente. O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes, caracterizando-se como conselheiro independente aquele que se enquadrar nas hipóteses previstas no artigo 22, §1º da Lei 13.303/2016, bem como no artigo 36, §1º de seu Decreto Federal 8.945/2016.

No processo de eleição dos conselheiros de administração pela Assembleia Geral é assegurado aos empregados o direito de indicar 1 (um) conselheiro de administração em votação em separado, pelo voto direto de seus pares, conforme §1º do artigo 2º. da Lei 12.353, de 28 de dezembro de 2010.

Nossa Diretoria Executiva é composta por um Presidente e quatro Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração. Nenhum dos membros da Diretoria Executiva é membro do Conselho de Administração.

Nosso Conselho Fiscal é constituído de forma permanente, sendo independente da administração e dos auditores externos, conforme exigido pela Lei das Sociedades por Ações. A composição prevista para o Conselho Fiscal é de três membros efetivos e seus respectivos suplentes, todos residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária. O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal é de dois anos, permitidas duas reeleições consecutivas. Um membro efetivo do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente é indicado pelo Ministério da Economia - Fazenda, como representante da Secretaria do Tesouro Nacional, que deve ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública. Ao final do exercício de 2018 a posição de suplente indicado pela Secretaria do Tesouro Nacional encontrava-se vacante.

A investidura em cargo de administração ou fiscal da Companhia observa as condições impostas pelo artigo 147 e complementadas por aquelas previstas no artigo 162 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como aquelas previstas na Política de Indicação de Administradores, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

A remuneração fixa do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva é composta por honorários mensais propostos pela Gerência de Recursos Humanos ao Conselho de Administração e aprovados anualmente pela Assembleia Geral, de acordo com as diretrizes fixadas anualmente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A composição da remuneração dos membros da nossa Diretoria Executiva é definida pelo acionista controlador e aprovada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), considerando os resultados econômico-financeiros e os esforços dos nossos administradores.

Cumpramos ressaltar que a soma dos valores a serem percebidos por membro do Conselho de Administração e Conselho Fiscal a título de remuneração estão limitados ao disposto na Lei 9.292, de 12 de julho de 1996. A Lei estabelece que a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal de sociedades de economia mista “não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas”.

### **Remuneração da administração da Companhia**

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Transpetro e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais e dirigentes da Transpetro relativas aos meses de dezembro de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	Expresso em reais	
	2018	2017
	Total	Total
Menor remuneração	1.511	1.419
Remuneração média	11.781	11.622
Maior remuneração	101.092	101.092
<b>Remuneração do dirigente da Transpetro (maior)</b>	<b>101.092</b>	<b>101.092</b>

As remunerações anuais totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia - Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e são apresentadas a seguir, em milhares de reais:

	2018			2017		
	Diretoria executiva	Conselho de Administração	Total	Diretoria executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	6.395	517	6.912	6.201	669	6.870
Encargos sociais	1.779	-	1.779	1.705	-	1.705
Previdência complementar	474	-	474	520	-	520
<b>Remuneração total</b>	<b>8.648</b>	<b>517</b>	<b>9.165</b>	<b>8.426</b>	<b>669</b>	
Número de membros remunerados - média do período	4,70	5,70	10,40	5,00	5,00	10,00

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de setembro de 2018, estabeleceu o valor de R\$ 16.426.066,15 como limite global de remuneração a ser paga aos administradores da Transpetro no período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019.

Em 29 de junho de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a reforma no Estatuto Social da Transpetro com a criação do Comitê de Auditoria Estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração, em atendimento a Lei 13.303/16.

Os honorários mensais dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos membros do Comitê Estratégico e Financeiro são fixados a 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva. "considerando os resultados econômico-financeiros e os esforços dos nossos administradores.

Cumpramos ressaltar que a soma dos valores a serem percebidos por membro do Conselho de Administração e Conselho Fiscal a título de remuneração estão limitados ao disposto na Lei 9.292, de 12 de julho de 1996. A Lei estabelece que a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal de sociedades de economia mista "não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas".

